



## **POSSIBILIDADES DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA A PARTIR DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA EM CAMPINAS/SP**

**Liliane Ribeiro de Mello<sup>1</sup>**

**Marcela Fernanda Esteves<sup>2</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

A escola, enquanto instituição social, teve sua organização historicamente marcada pela centralidade administrativa na figura do diretor, ainda que hajam movimentos que denotem a não linearidade neste processo mostrando caminhos possíveis. Com a implementação da Lei n. 9394/96 (LDB), a gestão democrática se torna um dos princípios do ensino público (art. 3º, inciso VIII) despontando, então, um avanço para a organização escolar.

No entanto, Silva (2006) assinala que o impasse da efetivação da gestão democrática na prática advém da cultura nacional que acaba influenciando na organização das escolas, visto que o modo organizacional da sociedade de maneira geral antecede esta instituição, sendo possível ainda evidenciar casos de escolas brasileiras onde há uma participação mínima da comunidade escolar na tomada de decisões. Assim, a gestão democrática participativa parece ser ainda algo a se conquistar.

Destarte, a seguir apresentamos a Avaliação Institucional Participativa (AIP) como uma possibilidade de criar um ambiente formativo, democrático e participativo dentro das escolas.

### **POSSIBILIDADES A PARTIR DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA (AIP)**

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Educação na UNESP - Rio Claro, professora de educação infantil PEB-I na rede municipal, Campinas, SP. E-mail: liliane.mello@educa.campinas.sp.gov.br.

<sup>2</sup>Especialista em Arte e Musicalidade, professora de educação infantil PEB-I na rede municipal, Campinas, SP. E-mail: marcela.esteves@educa.campinas.sp.gov.br.



O estudo de Machado e Abdian (2011) indicou a necessidade de compreensão da avaliação enquanto processo educacional e administrativo, as autoras apontam que faltam estudos sobre esta temática no campo da gestão educacional.

As autoavaliações institucionais, ou avaliações institucionais internas, têm sido bastante enfatizadas por alguns autores (FREITAS, 2005; BETINI, 2010; etc.) como uma maneira de promover a democracia participativa no ambiente escolar, superando a visão de qualidade com viés econômico (que enfatiza o individualismo/meritocracia, o produtivismo com eficiência, eficácia, etc.) pautando-se na qualidade social da escola como um potencial para a transformação/emancipação (SILVA, 2009).

A escola de qualidade social é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas (SILVA, 2009, p. 225).

Em sendo assim, refletindo sobre os meios de transformação da escola em ambiente efetivamente democrático participativo, Freitas (2005) apresenta a possibilidade de alcançar os objetivos estabelecidos a partir de uma concepção mais consciente de educação devido à construção coletiva, demonstrando os valores atribuídos à formação de cidadãos críticos e não de subordinados, pautando-se em uma qualidade negociada.

Betini (2010) traz a questão da gestão escolar, mais especificamente, ao analisar os elementos facilitadores e/ou inibidores da implementação da Avaliação Institucional Participativa (AIP), onde toda a comunidade escolar – gestão, professores, pais, estudantes, etc. – participam efetivamente nas Comissões Próprias de Avaliação (CPA) dentro das escolas, sendo um trabalho coletivo e formativo. Concordamos com Sordi e Lüdke (2009) que os projetos



de AIP orientam e impulsionam ações de atores sociais na escola que a levam a superar seus limites.

Estes instrumentos democráticos de avaliação superam a ideia de educação como meramente transmissão de conhecimento, onde a avaliação é utilizada apenas para medir quanto conteúdo foi adquirido pelos estudantes, e torna-se uma maneira de possibilitar a qualidade social da escola.

A autoavaliação institucional fornece mecanismos de transformação da cultura escolar, tornando a escola um ambiente democrático remetendo a formar cidadãos mais críticos e participativos na vida em sociedade e permite que todos se reconheçam/conscientizem-se enquanto responsáveis para a transformação social.

## **A VIVÊNCIA NA CPA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE CAMPINAS/SP**

A Avaliação Institucional Participativa implementada na Rede Municipal de Campinas (RMC) pela Secretaria Municipal de Educação (SME) foi construída junto com pesquisadores do Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOED) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tornando-se uma política educacional efetiva no ano de 2008, a partir da Resolução SME n. 05/2008 que a instituiu na etapa de ensino fundamental. Em 2014, essa política se ampliou e passou a incluir as escolas de educação infantil, regulamentada pela Resolução SME n. 14/2014. A SME Campinas considera que, com a AIP, a escola constrói conhecimento sobre sua própria realidade como finalidade de planejar as ações destinadas ao aprimoramento institucional e à superação das dificuldades (CAMPINAS, 2008; 2014).

Com o respaldo da política de AIP, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) de uma escola pública de educação infantil da RMC foi formada por representantes de todos segmentos da comunidade escolar: gestoras, professoras, monitoras, pais ou responsáveis, funcionários da unidade escolar e, indiretamente, as crianças por meio da escuta atenta de seus anseios. Nessa



escola, a CPA tem organizado e elaborado ferramentas para efetivação da AIP, levando demandas para o Conselho de Escola para discussões e deliberações na construção de sua qualidade social.

Nas reuniões ocorre a preparação de indicadores, de objetivos e de metas para realizar a AIP e a acolhida dos anseios da comunidade escolar. Para que o processo avaliativo se realize com ampla participação são elaboradas pesquisas com os profissionais da escola e as famílias para apontarem os dados que, posteriormente, são analisados e se abre o debate de propostas para ações coletivas visando melhorias. Os dados dessas pesquisas realizadas junto à comunidade também trazem evidências sobre suas necessidades formativas e tem levantado temáticas para a efetivação dos Grupos de Estudos na escola.

Na CPA da escola se vivencia os embates de ideias, por vezes, discordantes, e caminhamos juntos, com diálogos e ações, com o intuito de melhorar as práticas. A experiência desvela, portanto, a AIP como um caminho para a participação e a construção de consciência coletiva como sendo um princípio democrático do exercício de cidadania, para além daquele que habitualmente é associado com o limite da eleição de representantes.

## **CONSIDERAÇÕES**

Apesar da legislação apresentar a gestão democrática como algo já conquistado, vê-se que na forma como o sistema educacional se organiza muitos são os percalços da função de diretor dentro da escola, que acabam incitando à centralização de ações e decisões.

Considerando que as CPAs se tornam uma forma de efetivação da gestão democrática como consta na LDB/96, toma-se as AIP como recurso de transformação da cultura organizacional da escola, com anseios de transformação da própria cultura nacional, a partir da formação para a plena cidadania.

Concorda-se com Betini (2010) que cabe aos gestores escolares



assumirem sua função política educacional, e não apenas sua função técnica-burocrática, para fomentar esta nova cultura avaliativa e administrativa. Supera-se, portanto, uma visão excludente da Avaliação Educacional, tornando-a uma possibilidade de formação crítica e de transformação na organização da escola. Como afirmam Sordi e Lüdke (2009, p.327) optar pela AIP “não deixa de ser uma escolha carregada de intenções ético-políticas”.

Percebe-se que a participação é um fator essencial para sentimento de pertença e conscientização do papel de cada um dentro da escola, possibilitando que a democracia participativa seja consolidada e promovendo a qualidade social da educação. Considera-se que as AIP podem colaborar para estimular a comunidade escolar a ser mais crítica e participativa para lutar pela garantia de seus direitos, como tem ocorrido na rede de ensino e na escola que trazemos em evidência.

## REFERÊNCIAS

- BETINI, G. A. Avaliação Institucional Participativa em Escolas Públicas de Ensino Fundamental. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 20, n.35, jul.-dez., 2010, p. 117-132.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: D.O.U. de 23 de dezembro de 1996.
- CAMPINAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução SME nº 05/2008**. Estabelece as diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna das Unidades Municipais de Ensino Fundamental e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação. DOM de 07 de maio de 2008.
- \_\_\_\_\_. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução SME nº 14/2014**. Estabelece as diretrizes para a implementação da Avaliação Institucional da Educação Infantil e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na Rede Municipal de Ensino de Campinas. DOM de 28 de outubro de 2014.
- FREITAS, L. C. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 911-933, Especial - Out. 2005.
- MACHADO, L. M.; ABDIAN, G. Z. **Administração da educação no Brasil:**



**delimitação da área mediante o vocabulário usual (1996-2005).** In: Anais da 34ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Educacional: educação e justiça social. Anais..., 2011.

SILVA, J. M. A. P. Cultura nacional, cultura das organizações escolares e a gestão democrática: algumas reflexões. **Gest. Ação**, Salvador, v.9, n.3, p. 367-379, set./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Caderno Cedex**, vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SORDI, M. R. L.; LÜDKE, M. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, 253-266, jul. 2009.